Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia

Deliberação n.º 1595/2005. — *Delegações de competências.* — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, delibera o conselho de administração ratificar todos os actos entretanto praticados pelos seus membros no âmbito das competências originárias conferidas por lei a este órgão, bem como os praticados no âmbito dos poderes que lhe foram subdelegados, com efeitos retroactivos a 21 de Julho de 2005, ficando deste modo sanada a invalidade dos mesmos.

18 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís António Castanheira Nunes.* — Os Vogais Executivos: *Susana Oliveira — António Monteiro.* — O Director Clínico, *António Vilarinho.* — A Enfermeira Directora, *Filomena Macedo.*

Rectificação n.º 1988/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 23 513/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 16 de Novembro de 2005, a p. 16 057, rectifica-se que onde se lê «O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António José Ramalho Monteiro.*» deve ler-se «A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Susana Maria Sampaio Pacheco Pereira de Oliveira.*». (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Chefe de Repartição, por competência subdelegada, *Domingos Moreira Lopes.*

Hospitais da Universidade de Coimbra

Aviso n.º 11 103/2005 (2.ª série). — *Concurso n.º 200 533 — assistente de anesthesiologia.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do regulamento aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por autorização do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra e da Administração Regional de Saúde do Centro de 28 de Julho de 2005, se encontra aberto concurso interno geral de âmbito institucional para o preenchimento de um lugar de assistente de anesthesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste hospital, divulgado pela Portaria n.º 422/92, de 22 de Maio.

2 — O concurso é aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais e que estejam vinculados à função pública e é válido para o preenchimento da vaga posta a concurso.

2.1 — Os candidatos a prover podem vir a prestar serviço não só nos Hospitais da Universidade de Coimbra mas também em outras instituições com as quais esta instituição tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração (n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março), bem como o regime de trabalho poderá ser desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

3 — Requisitos de admissão:

3.1 — São requisitos gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

3.2 — São requisitos especiais:

- Possuir vínculo à Administração Pública e grau de assistente ou sua equiparação obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.
- Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

4 — Apresentação da candidatura:

4.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidatura é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

4.2 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, solicitando a sua admissão ao concurso, e entregue no Serviço de Pessoal dos mesmos Hospitais, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo

estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

Nota. — Aquando da entrega pessoal da candidatura, os candidatos devem ser portadores de fotocópia do requerimento, a fim da mesma servir de recibo.

4.3 — O requerimento tipo a apresentar é o seguinte:

Ex.^{mo} Sr. Presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra:

... (nome), natural de ..., nascido em ... / ... / ... e residente em ..., ...-... (código postal), a exercer funções de ... no serviço de ..., ... (instituição), com o número mecanográfico ..., vem solicitar a V. Ex.^a que se digne admiti-lo(a) ao concurso n.º 200 533, para assistente de anesthesiologia, conforme aviso de abertura publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de ... / ... / ...
Anexo:

- Documento do grau de assistente;
- Documento do vínculo;
- Documento da Ordem dos Médicos;
- Cinco exemplares do currículo (se for caso disso).

Pede deferimento.

... (Data.)
... (Assinatura.)

4.4 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado de:

- Documento comprovativo da posse do grau de assistente ou equivalente;
- Documento comprovativo da natureza e tempo de vínculo;
- Documento comprovativo de se encontrar inscrito na Ordem dos Médicos (actualizado);
- Cinco exemplares do *curriculum vitae* (os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro deste prazo a não admissão ao concurso).

Nota. — A falta dos documentos previstos nas alíneas a) e b) aquando da entrega do requerimento de admissão implica a exclusão da lista de candidatos.

4.5 — Dispensa de documentação — no caso de candidatos dos Hospitais da Universidade de Coimbra, é dispensada a apresentação dos documentos solicitados nas alíneas a), b) e c) do n.º 4.4 desde que a mesma informação se encontre actualizada e arquivada no processo individual.

5 — As falsas declarações prestadas nos requerimentos ou nos currículos pelos candidatos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

6 — As listas e demais informações relacionadas com o concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

7 — Método de selecção — avaliação curricular — n.º 26 da secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

7.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular constam de acta de reunião já realizada pelo júri, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. José Martins Nunes, director de serviço de anesthesiologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
Vogais efectivos:

Dr.^a Margarida Maria Martins Marques, assistente graduada de anesthesiologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Dr.^a Luísa Isabel Ferreira Silva, assistente de anesthesiologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Dr.^a Maria da Conceição Duarte C. Cunha Martins, assistente de anesthesiologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Dr.^a Maria Lurdes Fernandes Bela, assistente graduada de anesthesiologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

9 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos legais pela 1.^a vogal efectiva.

19 de Novembro de 2005. — A Directora do Serviço de Pessoal, *Maria Helena Silva André Reis Marques.*